

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA  
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN  
ERIKI ALEIXO DE MELO

# **PANDEMIA E TERRITÓRIO**

2020

## CONSELHO EDITORIAL

**Otávio Velho** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Dina Picotti** – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

**Henri Acserald** – IPPUR –UFRJ, Brasil

**Charles Hale** – University of Texas at Austin, Estados Unidos

**João Pacheco de Oliveira** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Rosa Elizabeth Acevedo Marin** – NAEA/UFPA, Brasil

**José Sérgio Leite Lopes** – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

**Aurélio Vianna** – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

**Sérgio Costa** – LAI FU, Berlim, Alemanha

**Alfredo Wagner Berno de Almeida** – UEMA/UEA, Brasil

## CONSELHO CIENTÍFICO

**Ana Pizarro** – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de  
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

**Claudia Patricia Puerta Silva** – Professora Associada – Departamento de  
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de  
Antioquia

**Zulay Poggi** – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–  
Universidad Central de Venezuela

**Maria Backhouse** – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –  
FriedrichSchiller-Universitätjena

**Jesús Alfonso Flórez López** – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -  
Colombia

**Roberto Malighetti** – Professor de Antropologia Cultural – Departamento  
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de  
Milano-  
Bicocca

Copyright© Autores

**Equipe de organização e edição:**

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

**Capa:** Phillippe Teixeira

**Diagramação:** Phillippe Teixeira

**ISBN Impresso:** 978-65-00-05792-8

**ISBN E-book:** 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.  
1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –  
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)  
3245-5461 Fax (98) 3245-5882

# SER INDÍGENA NA CIDADE: PANDEMIA DO COVID-19 E A NEGAÇÃO DE DIREITOS A POVOS INDÍGENAS EM MANAUS

Clayton de Souza Rodrigues<sup>315</sup>

## Abordagens sobre as relações interétnicas e o processo de urbanização nas áreas indígenas no Estado do Amazonas

Na Amazônia, as relações entre indígenas e não-indígenas, tiveram como característica, desde o início de sua ocupação, formas conflituosas e violentas. Sua conquista só foi possível através da expropriação das terras indígenas e exploração de sua força de trabalho. O modelo de economia imposto pelos colonizadores constitui-se como fundamento dos conflitos. As relações de produção e de trabalho estabelecidas pelos interesses coloniais eram antagônicas e incompatíveis com o tipo de economia praticada pelos povos que viviam na Amazônia. Ao mesmo tempo em que a metrópole colonial intensificava o processo de ocupação da região, articulava um modelo de economia voltado para a exploração de produtos naturais que a floresta oferecia e reduzia as populações indígenas à mão-de-obra escrava, valendo-se das práticas dos resgates e/ou aprisionamento dos índios tomados como escravos pela via das chamadas “guerras justas”.

Quanto a esse processo Galvão faz a seguinte observação:

A dominação do índio assumiu formas violentas através dos “resgates” de prisioneiros e das “guerras justas”. Nas missões, o regime era igualmente severo, preferindo-se o “pau que a retórica” [...]. Instalava-se ao mesmo tempo a dizimação pelo contágio de

---

315. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – PPGAS-UFAM. É pesquisador colaborador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA-UEA e estudante vinculado ao Núcleo de Estudo de Políticas Territoriais na Amazônia- NEPTA-UFAM.

doenças como varíola [...] A reação do índio não foi pacífica. Rebeliões repontaram nas várias áreas da Amazônia, sendo sufocadas pela força das armas das expedições punitivas, cujo principal contingente era formado por índios de outras nações. (1979, p. 259.)

Muitos povos se recusaram a se submeter ao modelo de colonização imposto pelos portugueses e fugindo das violências que lhes eram impostas, procuravam refúgio nos locais mais distantes da floresta, principalmente aqueles de difícil acesso junto às cabeceiras dos rios e dos igarapés.

A consequência dessa política agressiva por parte dos colonizadores que teve seu início no século XVII também é comentada por Galvão: “A resultante do contacto foi a destrabalização dos grupos mais expostos, que habitavam as margens do Amazonas e o baixo curso de seus afluentes” (Idem, 1979: 259).

Os primeiros núcleos populacionais que surgiram na Amazônia foram formados pelas reduções indígenas e feitorias que foram instaladas nas proximidades dos aldeamentos e a formação dos povoados e vilas, assim como suas organizações decorreram da política de Portugal, na administração de Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, o qual objetivava nova organização social, política e econômica para a Amazônia portuguesa.

Para a implantação dessa nova política colonial para a Amazônia, Pombal enviou para a região seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na qualidade de Governador e Capitão-geral do Grão-Pará e Maranhão, no ano de 1751 e também implementou as instruções do Diretório dos Povos Indígenas, de 03 de março de 1757.

A partir de então, Mendonça Furtado determinou a transformação em vilas dos aldeamentos formados por reduções indígenas. Criou cargos públicos e sociais nas povoações seguindo os padrões europeus, incentivou

a produção agrícola e o casamento entre colonizadores e índias e estimulou também, o comércio. Eliminou o poder temporal dos missionários sobre os índios, passando-o para o reino, ordenou os aldeamentos na região, proibiu o uso das línguas locais, sobretudo da língua geral, introduzida pelos missionários, obrigou o ensino e a política da língua portuguesa e impediu a guerra justa e os descimentos.

O processo de redução indígena iniciado no século XVII teve continuidade no processo de formação dos povoados, cuja população emergiu dos contingentes indígenas aldeados, que passaram a reajustar seus modos de vida, segundo os padrões impostos pelos colonizadores e pelo impacto dos contatos diretos permanentes entre indivíduos de diferentes culturas.

A forma de ocupação do espaço amazônico utilizada pelos portugueses e a história do contato do elemento indígena com o europeu é fundamental para se entender a formação das sociedades urbanas na Amazônia e até mesmo no Brasil.

A maior parte dos indígenas que moram em cidades não assume sua identidade, muitas vezes preferem assumir a identidade de caboclo para reduzir a carga de preconceitos existentes na sociedade nacional em relação ao elemento indígena, ou mesmo, algumas vezes dizem ser peruanos ou colombianos por ser mais respeitada a identidade nacional dos cidadãos desses países. Mesmo assumindo a identidade cabocla, o indivíduo recebe uma forte carga de preconceitos historicamente elaborados ao caboclo.

Galvão (1979) ao trabalhar sobre o encontro de sociedades “brancas” com as indígenas analisa a questão da mudança cultural que ocorreu no Alto Rio Negro através do fenômeno do caboclisto, onde muitos indígenas para não se sentirem ameaçados pelo reconhecimento de suas descendências indígenas utilizam um jogo de identidade que os transforme em elementos imunes à identificação de minoria. Essa questão pode ser observada,

também, nos trabalhos sobre índios urbanos em Manaus de Fígoli (1982) e Silva (2001).

O elemento indígena para se incorporar à sociedade nacional precisa adquirir comportamentos e valores de sobrevivência nessa sociedade. O Estado-nação não reconhece a diferença e não respeita a alteridade, ou seja, o outro tem que se tornar o máximo parecido como *ego* brasileiro, não se aceita a diferença. Com Lévi-Strauss (1973) afirma que todas as culturas são etnocêntricas: “A humanidade acaba nas fronteiras da tribo, do grupo linguístico, por regras mesmo da aldeia, a tal ponto que um grande número de populações ditas primitivas se designam por um nome que significa os ‘homens’ (ou por vezes, - digamos com mais discrição – os ‘bons’, os ‘excedentes’, os ‘perfeitos’), implicando assim que as outras tribos, grupos ou aldeias não participem das virtudes – ou mesmo da natureza – humanas, mas são quando muito, compostas por ‘maus’, ‘perversos’, ‘macacos da terra’, ou ‘ovos de piolhos’. Chegando-se mesmo, a maior parte das vezes, a privar o estrangeiro deste último grau de realidade fazendo dele um ‘fantasma’ ou uma ‘aparição’. (LÉVI-STRAUSS, 1973, p. 21- 22).

Na Arqueologia da Violência, Pierre Clastres (1982) diz que “o outro é a diferença, mas é, sobretudo a má diferença (...). Os outros são maus, mas podemos melhora-los, obrigando-os a transformarem-se até se tornarem, se possível idênticos ao modelo que lhes propomos, que lhes impomos”.

Na representação ideológica, ou seja, a imagem do índio formada de que ele não é um ser humano, mas um simples animal (as pessoas quando se referem ao elemento indígena perguntam se ele é “manso” ou “bravo”, se é “domesticado”, enfim, usam todos os termos a que nos referimos aos animais). O assassinato de um índio não parece como ato criminoso e o racismo normalmente se encontra ausente dele. Exemplos do que expomos podemos encontrar nos jornais de circulação local e nacional. Quanto à animalidade:

O coronel Francisco Abraão negou que soldados estuprem índias. E, aí, entrou em curiosas interpretações antropológicas. Para ele, ‘as índias é que tentam estuprar os soldados quando estão no cio’. Mais uma pérola: “eu tenho que segurar meus soldados porque eles não podem se aproveitar dessa deficiência das índias. (DIMESNTEIN, Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de fevereiro de 1992, p. 1-2).

E quanto ao assassinato:

“O líder indígena Davi Yanomami disse ontem, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que o governo ‘pensa que os índios são bichos e quer que eles morram’ para ocupar suas terras” segundo ele o governo quer “ouro e dinheiro” dos garimpeiros e está pouco se importando com o extermínio da nação Yanomami”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 28 de novembro de 1989).

A alteridade cultural jamais é apreendida como diferença positiva, mas sempre como inferioridade. A supressão das diferenças culturais, julgadas inferiores é a aplicação de um princípio de identificação, de um projeto de redução do outro ao mesmo, ou seja, reduzir o índio ao mesmo cidadão brasileiro. Essa questão fica clara na citação do Brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira, comandante do I Comando Aéreo Regional: “Temos certeza que a Amazônia só seria nossa quando ela for povoada por brasileiros convictos e não por índios que não têm nacionalidade”. (A Notícia, Manaus, 26/01/1980, p. 2).

No Brasil, a discriminação do elemento indígena perparte da sociedade nacional, é um fato desde o período colonial até a atualidade. Exemplo dessa situação podemos encontrar na cidade de Manaus, que possuindo uma história combativa de suas primeiras sociedades, não assume de forma



orgulhosa a herança cultural de seus ancestrais indígenas, existe de forma constante a valorização do novo, do outro, sempre cosmopolita e excludente. Por essas razões, ser indígena em Manaus é ser como um elemento mutante, que necessita se camuflar na parcela social valorizada e aceita, escondendo sempre a verdadeira identidade.

Passa sempre no imaginário da sociedade manauara, assim como da sociedade brasileira, a posição que compartilha da ideia de que os indígenas são seres como os outros, mas por viverem na floresta como “selvagens” estão condenados à miséria e à infelicidade, precisando da ajuda ocidental “civilizada e cristã” para que se tornem cidadãos brasileiros e possam gozar plenamente do desenvolvimento da sociedade nacional e de seus benefícios.

Portanto, para o índio conquistar seu espaço na cidade tem como condição deixar de assumir sua “indianidade” e se tornar um cidadão como qualquer um outro, uma vez que o Estado somente reconhece os cidadãos como “iguais” perante a Lei<sup>316</sup>. Na medida do possível, transformamos o “Outro” que é diferente, no igual a “Nós”.

Comentando sobre a vida de índios destribalizados nas cidades e com outra visão mais relacionada à afirmação de etnicidade indígena, Brandão oferece o seguinte comentário:

Na cidade eles não se isolam em “guetos de índios” e procuram recriar uma perdida “vida de aldeia”. Ao contrário, é possível que principalmente os mais jovens façam muito esforço para adotar o estilo de vida, os objetos urbanos e até mesmo algo do modo regional de pensar. Mas ele possui “lá na aldeia” um grupo de referência: uma comunidade real com suas casas, roças, pessoas, parentes, costumes, crenças e festas. Na cidade o índio pertence a uma tribo através de uma memória primitiva, através da consciência da diferença inclusive biológica que há entre ele

---

316. Os cidadãos são tratados pela lei na justa medida de suas desigualdades de classe.

e o branco. Mas ele pertence à sua tribo através de indicadores sociais articulados de identidade: o grupo tribal de referência e a sua existência concreta em uma aldeia com uma vida [...] própria. (BRANDÃO, 1986, p. 115).

Mesmo referindo-se aos Terena que vivem em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, esse discurso de Brandão se aplica aos Ticuna que vivem em Manaus, que recriam sua identidade na cidade, continuam falando sua língua, contatando-se com os seus parentes nas áreas através de viagens e telefonemas constantes.

### **Discussão teórica acerca do conceito de Etnicidade.**

No que tange às discussões sobre etnicidade e fronteiras étnicas tomamos como referência principal Fredrik Barth (1998), que trabalha a questão da etnicidade com relação a grupos minoritários; sua criação, transformação e manutenção.

As principais contribuições que este autor nos traz estão relacionadas à questão da manutenção de grupos étnicos, que podem ser identificados quando possuem as seguintes características: 1) perpetuam-se biologicamente; 2) compartilham valores culturais fundamentais formando uma unidade nas formas culturais; 3) constituem um campo de comunicação e interação interna e 4) possuem um grupo de indivíduos que é identificado e se identifica como distinto de outros grupos.

Para Barth o grupo étnico é entendido como unidade organizacional política, mobilizada para a realização de interesses coletivos. Os grupos utilizam-se da etnicidade para alcançar seus anseios enquanto grupo diferenciado. Esta estratégia é utilizada principalmente por grupos

minoritários, como os de indígenas. Explica que os homens se relacionam e formam grupos, e esses grupos produzem a cultura. Essa cultura, que é um conjunto de traços e costumes, produz a etnicidade que vem a ser a identidade cultural de um grupo determinado. Essa identidade por sua vez, parte do indivíduo e se expande ao grupo.

Por se tratar de um conceito controverso, nos remete aplicar o que se encaixa de forma coerente nesta análise, tentando acenar para uma explicação da condição identitária dos indígenas em Manaus.

Assim compreendida a questão, a identidade étnica adquire seu sentido enquanto produção de uma unidade cultural abstrata, tornando-se concreta com a existência dos grupos étnicos, que para serem denotados como grupos, possuem seus próprios mecanismos de diferenciação e distinção, como a língua, o vestuário e a religião. É, portanto, através das fronteiras étnicas que um grupo se caracteriza e se distingue de outros.

Mas, uma outra questão se mostra é: podemos perguntar o que seriam essas fronteiras? Elas são, portanto, os limites do grupo, marcadas pelos traços diacríticos, como Barth (1998) os trata, ou seja, são as características utilizadas para distinguir um grupo do outro, sinais que identificam o pertencimento ou não de um indivíduo a um grupo determinado.

Nesta reflexão, a questão do entendimento do que vêm a ser essas fronteiras e como os grupos étnicos as apresentam e as utilizam é imprescindível, principalmente quando se analisa um grupo étnico, num cenário urbano, que de alguma maneira ainda carrega seus traços culturais tradicionais.

É a partir dessa ideia que pretendo pensar os indígenas em Manaus. Para isso, contamos com as colaborações teóricas de Brandão que seguindo a mesma linha de Barth acredita que:

Um grupo étnico possui ao mesmo tempo uma realidade de organização e de *adscrição*. Ele existe como grupo enquanto preserva a sua própria organização em meio a outras organizações sociais, entre outros grupos organizacionais, frente a outros tipos de sociedades: equivalentes, diferentes ou desiguais. Ele existe como étnico enquanto preserva a sua própria identidade [...] Os índios aceitam reconhecer-se como tal, não raro aprendendo a se identificar claramente como índios, após o contacto com os brancos e por oposição a eles, oposição esta estabelecida ideologicamente também pelos brancos. (1986, p. 105-106).

Como diz Brandão, os índios manipulam sua identidade, reagindo conforme os “brancos” os vestem. Entendida assim a questão, devemos tratar a identidade étnica enquanto uma categoria relacional e situacional.

Essas relações-situações têm a ver com o sentido que se dá à identidade étnica.

Etnicidade é uma construção social no tempo, um processo que implica uma relação estreita entre a reivindicação política e que tem como referencial último não apenas ‘os outros’, mas também o Estado/Nação no qual o grupo étnico (portador de tal reivindicação) está inserido. (RAMIREZ, 1984, p. 219 apud BRANDÃO, 1986, p. 149).

A discussão realizada anteriormente sobre o processo de ocupação da Amazônia, a criação das cidades e a questão identitária e étnica de povos indígenas foi pensada como base da discussão a seguir.

## Manaus como epicentro da pandemia de COVID-19 e a infecção avassaladora dos povos indígenas na cidade

A abordagem política e o caráter organizacional se configuram, pois, em diferentes estratégias de mobilização, e, por conseguinte, em diferentes atuações dos grupos étnicos face aos poderes públicos, na luta contra o desemprego, pela melhoria da saúde pública, pelas obras de saneamento, enfim, pela obtenção de direitos de cidadania, enquanto cidadão morador da cidade.

Neste sentido, os movimentos étnicos se confundem com os movimentos sociais urbanos, como os grupos de pessoas sem terra ou sem-teto, que procuram resolver seus problemas de moradia, ocupando áreas baldias em aparente desuso; bem como, associações de bairros que reivindicam redes de água, de esgoto, mudanças no atendimento por ônibus urbanos e melhor qualidade do ensino nas escolas periféricas (sposito, 2001, p. 63).

Sposito (2001) os chama de “não-donos” da cidade, principalmente por não terem acesso ao direito de propriedade, culminando com a formação de territórios marcados pela pobreza das casas e em áreas de risco, como as “beiras de igarapés” e as barrancas dos rios. O autor ainda salienta que as relações sociais nesses territórios ficam, geralmente, marcadas por uma tensão constante entre proprietários, não-proprietários, governo e polícia. (RODRIGUES, 2009, p. 68-69).

Parto do texto acima para cotejar acerca da situação histórica cristalizada dos povos indígenas na cidade de Manaus, especificamente.

Desde 2004 acompanho trajetórias de grupos étnicos variados que se organizaram ao longo da malha urbana de Manaus. São Tikuna, Sateré-Mawé, Kokama, e muitas multiétnicas como o Parque das Tribos e o Parque das Nações, por exemplo.

Nos históricos de todos estes grupos, a luta por políticas públicas é visceral. Há um processo estrutural de institucionalizar a negação ao direito do indígena sê-lo na cidade. A contraponto da antropologia, o Estado brasileiro fortalece estratégias de negação à presença de indígenas em meio urbano.

Desde sempre, indígenas lutam na cidade para serem reconhecidos como tal, para serem atendidos pela saúde diferenciada (Distritos Sanitários Especiais Indígenas), apesar da RESOLUÇÃO Nº 587, DE 7 DE JUNHO DE 2018, no Capítulo III, item VI - Determinantes Sociais de Saúde, propor: regularização e proteção das terras indígenas, e reconhecimento dos territórios indígenas em contexto urbano.

Empiricamente nós que apoiamos e acompanhamos os indígenas na cidade, compartilhamos de suas dificuldades e angústias na busca por serviços básicos de saúde. Não conseguem atendimento quando procuram o serviço diferenciado da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI e nem acessam com êxito os serviços do Sistema Único de Saúde universal –SUS.

O fluxo é majoritariamente o mesmo, a SESAI afirma que só atendem indígenas aldeados e os encaminham para o SUS, e por sua vez, o SUS os reencaminham para a SESAI. Enquanto isso, muitas pessoas morrem, sem atendimento algum.

Isso veio à tona com a pandemia da COVID-19 em Manaus, após registros de alta taxa de mortalidade indígena, principalmente entre os povos Kokama e Tikuna, tanto em Manaus quanto em cidades do Alto Solimões, como Tabatinga, Benjamin Constant e Santo Antônio do Içá.

Os dados são alarmantes conforme apresenta a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB com a quarentena indígena que acompanha os números de casos confirmados e óbitos entre os povos indígenas.

De acordo com dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), 86 indígenas morreram por Covid-19 entre os estados do Amazonas (75), Amapá (1), Pará (7) e Roraima (3) até o dia 15

de maio. Nesse mesmo período a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COIACA), que atua em 9 países da América do Sul, 113 indígenas já faleceram na Amazônia Latina por Covid-19 e o vírus já atinge 526 povos. Estes dados são referentes ao dia 16 de maio de 2020.

O Estado do Amazonas concentra mais de 80% dos casos na Amazônia. Reflexo de ausência de políticas emergenciais, mesmo em um cenário pandêmico. Grande parte dos indígenas que apresentam os sintomas da COVID-19 estão realizando tratamento com ervas medicinais e práticas tradicionais. Alguns até conseguem tratamento nas unidades básicas de saúde do SUS e além de utilizarem os medicamentos receitados pelos médicos, complementam o tratamento com práticas medicinais tradicionais.

O “bairro indígena Parque das Tribos”, localizado no bairro Tarumã, zona oeste de Manaus, através da liderança na mobilização da técnica de saúde e pedagoga Vanda Ortega Witoto e algumas outras pessoas conseguiu a presença de UBS móvel na comunidade, porém, após perdas valiosas do grupo, refiro-me aqui ao Cacique da Comunidade o Sr. Messias Kokama, que faleceu no último dia 13 de maio de 2020 com sintomas da COVID-19.

Todo esse cenário só reafirma como os sistemas promotores de políticas públicas de saúde e assistência social são falhos para os indígenas, em especial aos que vivem nas cidades.

## **Considerações**

Esta reflexão está inserida em uma temática que tem espaço ampliado na antropologia: a questão da urbanização dos povos indígenas, através da migração para grandes centros urbanos e a mudança estrutural das próprias aldeias na Amazônia, que estão em um processo acelerado de conversão em cidades indígenas.

Através de nosso trabalho podemos concluir que esses índios em contexto urbano, migrantes do interior do Estado também se deslocam para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, principalmente de trabalho e de estudo para seus filhos, o que geralmente na área de origem é bem precário. Porém, ao virem para a cidade passam a enfrentar diversos problemas, indo viver na periferia e passando a ter muitos problemas com o contato interétnico na cidade.

Apesar de muitos grupos virem organizando-se a partir de seus diferenciais culturais, esses indivíduos mesmo vivendo na cidade não abandonaram sua identidade indígena. Pelo contrário, dado o avanço no processo de organização política dos povos indígenas em geral, estes vão conseguindo desenvolver sua autonomia e acabam imprimindo na cidade, que é um núcleo cultural muito mais complexo e heterogêneo que o seu de origem, suas marcas culturais mais distintas.

Mas a diferença traz consequências também conflituosas, estas com certeza não se farão inexistentes no caso do contanto interétnico entre indígenas e não indígenas na busca de serviços de saúde, seja o diferenciado ou o universal, podendo-se observar que o processo de relação interétnica, culmina numa relação cada vez mais tênue, entre a convivência harmoniosa e a tensão entre agentes sociais de diferentes culturas.

Infere-se claramente que a condição do “indígena urbano”, tende a cada vez mais complicar-se do ponto de vista da relação com os representantes da sociedade nacional, já que para a maioria destes o espaço urbano não deve ser dividido com índios. O que nos leva a uma reflexão: após mais de cinco séculos de exploração e submissão dos indígenas à nossa sociedade, por que esse mesmo índio não pode ter seu espaço na sociedade nacional, resguardados seus direitos de distinção cultural? A resposta para esta reflexão está sinalizada na própria problemática que se tornou, tendo atualmente grande foco de atenção na Antropologia indigenista e urbana.



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, F. “Grupos étnicos e suas fronteiras” In: POUTGNAT, Philippe & STREIFF-FERNART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BASSEGIO, L. **Grito de los excluídos** – Menga Informativa de Movimientos Sociales. Anexo 3, 28/07/2004.

BERREMAN, G. “Por detrás de muitas máscaras” In: GUIMARÃES, Alba Zuluar (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1990.

BOISSEVAIN, J. “Apresentando ‘Amigos de amigos’: redes sociais, manipulando coalizões” In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos**. São Paulo: Global, 1987.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CLASTRES, P. “Do Etnocídio” In: **Arqueologia da Violência: ensaios de Antropologia Política**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasília, 1987.

DIMESNTEIN, G. As meninas índias são terríveis. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de fevereiro de 1992, p. 1-2.

FÍGOLI, L. H. G. **Identidad étnica y regional: trayecto constitutivo de una identidad social**. Brasília: UnB, 1982. Dissertação (Mestrado na área de Antropologia) Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1982.

GALVÃO, E. Índios e Brancos no Brasil: Encontro de Sociedades. Rio de Janeiro: Paz e Bem, 1979.

GLUCKMAN, M. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos**. São Paulo: Global, 1987.

GREEN, C. G. **Desafio Indígena à uma Política Urbana em Manaus**. Ciência e Trópico. Vol. 29, nº 01 jan./fev., 2001.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GOVERNO DO AMAZONAS. **Povos Indígenas do Amazonas**. Manaus, 2004.

LÉVI-STRAUSS-LÉVI, C. “O Etnocentrismo” In: **Raça e História**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

LIMA, L. & CHAMO, L. “Indígenas na cidade de Manaus: a construção mapa” In ALMEIDA, A.W. B. & SANTOS, G. S. (Orgs). **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MAXIMIANO, C. A. **Mulheres Indígenas na cidade: rede de relações tecidas no cotidiano**. UFPA. Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, 2001.

OLIVEIRA, M. M. **Migração na Cidade de Manaus: algumas análises preliminares**. SARES, 2004.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1970.

RODRIGUES, J. “A resposta à Estigmatização produz território étnico: os indígenas em Manaus e a formação de comunidades” In ALMEIDA, A.W. B. & SANTOS, G. S. (Orgs). **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SEEGER, A. “Pesquisa de campo: uma criança no mundo” In: **Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SILVA, R. N. P. “Aldeamento indígena em Manaus”; “Identidade, pessoa, territorialidade, e fronteiras étnicas” In: **O universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social), Porto Alegre: UFRG, 2001.